GOVERNO

Presidente defende pacote fiscal aprovado no Senado, elogia ministro do Planejamento e sobe o tom contra o mercado financeiro. Proposta, que será analisada amanhã pela Câmara, busca reorganizar as contas públicas para 2027

Ajuste não será feito às custas do povo, diz Lula

» ARMANDO HOLANDA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu em defesa do ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, ontem, em meio às críticas de setores da esquerda à proposta fiscal aprovada pelo Senado nesta semana. Durante uma transmissão ao vivo com o deputado federal André Janones (Rede-MG), o chefe do Executivo negou que a medida represente uma reforma fiscal e assegurou que não haverá cortes em programas sociais. O petista também elevou o tom contra agentes do mercado financeiro que questionam a condução da política econômica do governo.

"Na verdade, não houve reforma fiscal, houve um ajuste para que o orçamento da União permita que a gente tenha governança sobre o orçamento no ano que vem. Se a gente não tiver governança, a gente não consegue governar", afirmou Lula. A proposta, que ainda será analisada pela Câmara dos Deputados, busca reorganizar as contas públicas para 2027, primeiro ano do quarto mandato do presidente. O tema tem provocado divergências dentro da própria base governista, sobretudo entre parlamentares que veem riscos de restrições orçamentárias atingirem políticas sociais.

Ao comentar a resistência à iniciativa, Lula fez questão de blindar Moretti, responsável por capitanear a elaboração do ajuste. O presidente classificou o auxiliar como um dos integrantes mais competentes da Esplanada e lamentou os ataques direcionados ao ministro. "Quando você tem pressa em fazer o julgamento, você pode condenar a pessoa errada. O Bruno Moretti é uma das pessoas mais sérias que meu governo tem e, possivelmente, um dos economistas mais competentes que o governo tem. Eu conheço Bruno Moretti, ele jamais ia me propor cortar do povo pobre", declarou.

A defesa ocorre após o ministro entrar na mira de integrantes da esquerda, entre eles o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), que criticou a condução das negociações em torno do pacote fiscal. O parlamentar chegou a acusar Moretti de adotar uma postura autoritária ao encaminhar a proposta sem articulação prévia com lideranças governistas. A insatisfação expôs divergências sobre os rumos da política econômica justamente quando Lula tenta organizar a base parlamentar para o início da próxima gestão.

Live com o "Exército do Lula"

Ricardo Stuckert/PR



As lives do "Exército de Lula" têm sido uma nova estratégia de comunicação do presidente após o sucesso nas redes socais durante campanha eleitoral. Na transmissão de ontem, o petista também rebateu críticas de lideranças políticas da própria esquerda, que nos últimos dias questionaram o ajuste por reduzir despesas do governo. "Você (Janones) estava comigo nas Filipinas quando saiu a notícia de uma gritaria a respeito de uma suposta reforma fiscal", afirmou. Segundo ele, haverá um "ajuste" orçamentário para o ano de 2027, não uma reforma.

Com a voz falha desde o período eleitoral, Lula disse, durante a transmissão, que "nunca tinha tido uma rouquidão que demorasse tanto para sarar". Ele relatou que está fazendo sessões de fonoaudiologia duas vezes por dia, para tentar recuperar a voz totalmente. O chefe do Executivo comentou que, nos próximos dias, espera estar "100% curado" porque pretende visitar a Universidade Federal Fluminense, em Niterói, onde, após o revés do primeiro turno das eleições, iniciaram movimentos populares a favor de Lula que o ajudaram na virada no segundo turno.

O petista deu as declarações durante uma live com o deputado federal André Janones (Rede-MG), que, na campanha eleitoral de outubro, coordenou o canal de mensagens "Exército do Lula" no WhatsApp.

Crítica aos "yuppies"

O chefe do Executivo também aproveitou a transmissão para mandar um recado à Faria Lima. Sem poupar críticas ao sistema financeiro, afirmou que não aceitará pressões de agentes econômicos sobre as prioridades de seu governo. "Não posso ficar aceitando que esse bando de yuppies da Faria Lima fique querendo toda hora questionar a seriedade do governo, como se eles tivessem preocupados com os pobres. Não, eles estão preocupados em ganhar mais dinheiro", disparou.

Na avaliação do petista, as decisões sobre o orçamento devem estar subordinadas às necessidades da população, e não aos interesses do mercado. "Quem está preocupado com o povo pobre sou eu (...). Portanto, nós vamos dirigir o país do jeito que a gente quer dirigir. Não é o sistema financeiro que vai me ensinar a dirigir o país. Quem vai me ensinar a dirigir o país é o povo", acrescentou.

A manifestação ocorre em meio ao desafio de Lula de conciliar a reorganização das contas públicas com a promessa de preservar investimentos sociais no próximo mandato.

Pasta para os idosos

Ao responder à pergunta de uma espectadora durante a live com o "Exército do Lula", realizada ontem, o presidente negou que seu próximo governo aumentará a idade mínima da aposentadoria, mas defendeu rigor na fiscalização de irregularidades na Previdência Social. "Nesse mandato não haverá aumento de idade (de aposentadoria) para as pessoas. O que nós precisamos é cuidar de uma fiscalização correta para que a gente evite que haja abuso com o dinheiro da Previdência. É só isso que vamos fazer."

Em seguida, o petista reafirmou que o salário mínimo continuará a ser reajustado acima da inflação e disse que, sem essa política adotada em seus governos, o piso nacional seria, atualmente, de apenas R$ 900.

O presidente anunciou que vai criar um ministério voltado à população idosa. O Brasil tinha 32,1 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o equivalente a 15,8% da população, segundo o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O contingente cresceu 56% em relação a 2010, quando havia cerca de 20,6 milhões de pessoas nessa faixa etária.

"Quero criar o ministério dos povos idosos. Eu ainda não sei o nome do ministério. Mas, antes de criar, eu estou discutindo tudo que existe no Brasil de cuidado das pessoas da terceira idade. Não é fazer asilo, eu quero criar centros de lazer."

Tarifa zero

Em outro momento da live, Lula defendeu a proposta de tarifa zero no transporte público aos fins de semana, apresentada ainda durante as eleições. O governo encaminhou ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a gratuidade nesses dias, com financiamento de parte das emendas parlamentares impositivas, para ampliar o acesso da população ao lazer e à convivência familiar.

Ministério como fórmula de sucesso contra o crime

» RENATO SOUZA

Depois de sete anos, o Brasil voltará a ter um Ministério da Segurança Pública. A pasta foi criada em 2018, no governo de Michel Temer, e extinta em 2019, assim que o ex-presidente Jair Bolsonaro assumiu. No período em que a pasta esteve ativa, o país registrou a maior queda nos índices de mortes violentas intencionais da história. De acordo com dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, foram 9,8 mil óbitos a menos entre 2018 e 2019. A criação do ministério inaugurou uma queda em série da violência no país, que permanece até os dias atuais. Muitos especialistas tratam as políticas de segurança de forma distinta, antes e depois da data citada.

Apesar da maior redução ter ocorrido no primeiro ano da gestão de Bolsonaro, a diminuição da violência é atribuída a Temer, pois o resultado das políticas de segurança costuma apresentar resultado nos dados dentro de 12 a 24 meses. No segundo ano do governo do ex-capitão do Exército, as mortes violentas aumentaram. Mirando os números considerados de sucesso na gestão Temer, sem fazer propaganda pública das medidas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou nos últimos três dias com aliados para definir um nome para ocupar a pasta.

O ministro de Temer foi Raul Jungmann, que faleceu em janeiro deste ano, em decorrência de um câncer. Consigo, o ex-ministro levou um histórico de sucesso no combate às facções criminosas e na criação de estratégias para atacar um problema que afeta quase todos os brasileiros, a violência ainda desenfreada.

Nos últimos anos, apesar das reduções em muitos índices criminais, o Brasil viu crescer o domínio do crime organizado nos territórios, da periferia aos grandes centros urbanos e mesmo bairros nobres. O Comando Vermelho se expandiu para estados do Norte. O PCC ampliou sua presença na tríplice fronteira.

MAURO PIMENTEL / AFP



Policiais escoltam suspeitos, no complexo da Penha, no Rio, em 2025

Nos próximos quatro anos, Lula, reeleito, precisará atuar de maneira intensa nessa área, para justificar que seu sucessor, que preocupa atualmente a esquerda brasileira, conquiste o voto da maioria dos eleitores. A pauta da segurança extrapolou o campo social e econômico e invadiu a espera das discussões políticas e eleitorais. A pauta da segurança, inclusive a criação do ministério destinado ao setor, foi uma das promessas do petista durante a campanha eleitoral.

Integração

A aprovação da emenda constitucional da segurança pública, que amplia os poderes do governo federal no combate ao crime, foi comemorada pelo Poder Executivo. A avaliação é de que o governo central sempre levou a culpa do avanço da violência, quando a Constituição destinou para governadores e prefeitos a gestão sobre este setor. Na semana passada, no Uruguai, diversos países se reuniram para discutir o crime transnacional. A entrada de armas e drogas no Brasil pelas fronteiras é apontada como a principal fonte de financiamento e estruturação do crime organizado.

O Brasil foi representado no evento pela secretária-executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Maria Rosa Loula. No local, ela destacou a aprovação da PEC da Segurança Pública como ferramenta de combate ao crime organizado. "Em minha intervenção, em nome do Brasil, destaquei os avanços da nossa agenda de segurança pública, especialmente a recente aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) pelo Senado Federal, que busca ampliar a capacidade de atuação do Estado e fortalecer a integração entre as instituições no combate às organizações criminosas", disse ela.

"Reafirmei também o compromisso brasileiro com a modernização dos instrumentos regionais de segurança, o compartilhamento responsável de informações e o respeito inegociável aos direitos humanos e às garantias processuais", declarou a secretária.

No governo, aliados do presidente Lula têm defendido a escolha de um nome técnico, com competência para gerir a pasta. A avaliação é de que não basta cumprir a promessa de criar o ministério, mas sim colocar ele para funcionar. O temor é de que o presidente faça uma escolha para acomodar aliados políticos, com baixa preocupação sobre o que será entregue nos próximos anos.